

Parecer nº 48/98

Data: 1998.04.29

Processo nº 359

Norma invocada: Artigos 7º e 8º Lei 65/93.

Requerente: Direcção da Gestão de Doentes do Hospital de Stª Maria.

ASSUNTO: “revelação (...) documentos que contêm dados de identificação dos doentes, bem como toda a informação clínica relativa ao atendimento efectuado”, por parte do Hospital a sinistrado aí tratado e internado.

1. Os dados solicitados são: nome e morada do sinistrante, consequências “patológicas” do sinistro, isto é, traumatismos;
2. A entidade interessada é a Delegação da Inspeção-Geral do Trabalho (DIGT).

Conclui-se que se trata de **traumatismos físicos originados em acidente de trabalho**.

Sou de parecer que a ratio legis da norma que exige a intermediação médica no acesso de terceiro não é aplicável ao caso e que o interesse da entidade inspectiva no acesso aos dados médicos se justifica funcionalmente, pelo que a CADA deve dar parecer favorável à DIGT, sem necessidade da intermediação, à comunicação da informação estritamente relacionada com o sinistro.

Lisboa, 29 de Abril de 1998.

Aprovado na sessão da Comissão de 29 de Abril de 1998, pelos Membros que nela participaram e que assinam - *Narana Coissoró - Vasco Almeida – Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - João Labescat* com a seguinte declaração de voto “Entendo que a DIGT só tem acesso, nos termos das competências legais que lhe

estão conferidas, e apenas quanto aos dados adequados e pertinentes ao exercício das suas funções. Na verdade e por outro lado considero que a LADA não se aplica às relações entre administrações estaduais, que devem ser reguladas nos termos das respectivas atribuições” - *Castro Martins* (Presidente)